

ATA Nº02

----- **Ata da sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia cinco de novembro de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a Presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos, secretariado pela senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinto e o Senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Intervenção do Público;** -----

-----**B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----**PONTO UM: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APROVAÇÃO;** -----

-----**PONTO DOIS: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;** -----

-----**PONTO TRÊS: PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA (PPES) – PARCELA F – ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO;** -----

-----**PONTO QUATRO: CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS;** -----

-----**PONTO CINCO: FORNECIMENTO CONTINUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) – AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS 2021 E 2022;** -----

-----**PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

-----**PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM - 2022;** -----

-----**PONTO OITO: TRANFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – AÇÃO SOCIAL – DESPACHO N.º 9817-A/2021 – MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, Maria Helena Marques dos Santos, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio Manuel Jesus Martins, Liliana Barreira e Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, eleitos na lista do PSD. -----

-----Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

-----Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. ----

-----Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

-----Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão;

Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo Neves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

-----Faltou à presente sessão o senhor Deputado Xavier Prior Neto, que ainda não tomou posse. --

-----Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, a senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé e a senhora Susana Maria Ferreira Gravato. -----

-----O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para fazer uma interpelação à Mesa, e solicitou que lhe fosse esclarecido o porquê do agendamento desta sessão extraordinária, quais os argumentos invocados pela Câmara Municipal para se ter convocado uma Assembleia Municipal Extraordinária.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que foi convocada uma sessão extraordinária pela urgência de determinados assuntos, nomeadamente o ponto dois e o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que verificou a identidade e a legitimidade do senhor Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, eleito na lista do PS, e do senhor Rodrigo dos Santos Capeloa, eleito na lista do CDS-PP, para integrarem este Órgão, e participarem nos trabalhos. De seguida, o senhor Presidente deu conhecimento de que os grupos municipais já indicaram os seus porta vozes: o grupo municipal do PSD indicou o senhor Nuno Moura; o grupo municipal do CDS-PP indicou o senhor Óscar Lopes Francisco; o grupo municipal do PS indicou o senhor Óscar Gaspar. Do CHEGA, com um único membro eleito, será o senhor Sidónio Santos Sansana. -----

-----**A – Intervenção do Público;** -----

----- Paulo Jorge Grave – Seguidamente, e após o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter concedido autorização ao público para intervir, usou da palavra o senhor Paulo Jorge Grave, que solicitou esclarecimentos acerca da requalificação da Rua da Fonte Nova e da Rua Borda d' Água. Quanto à Requalificação da Rua da Fonte Nova, disse que a obra já deveria ter começado, dado o prazo de execução de trezentos dias, pelo que pretende saber se existe uma data prevista para começarem as obras. Quanto à Rua da Borda d' Água, disse que as beiras das estradas estão bastante perigosas e há zonas que já cederam para as valas adjacentes, facto que está a pôr em causa a segurança rodoviária. -----

----- Não havendo mais intervenção da parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os assuntos abordados pelo senhor Paulo Jorge Grave. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer os assuntos abordados, dizendo que, em relação à Rua da Fonte Nova já foram feitos todos os procedimentos e o empreiteiro já apresentou os documentos necessários e o plano de segurança e higiene e saúde no trabalho. Assim, os prazos da obra já estão a contar e, por não ter sido dado início à empreitada, já foi feita notificação ao empreiteiro. Mais disse que, para além dessa notificação, teve o cuidado de lhe telefonar, dando-lhe nota de que é muito importante iniciar a obra o quanto antes, porque quantos mais períodos de inverno apanhar pior será a execução do trabalho. Acrescentou dizendo que é uma obra difícil, que irá causar bastantes transtornos às pessoas que vivem na Rua da Fonte, e, portanto, há a necessidade de se iniciar a obra o mais rapidamente possível. Quanto à Rua da Borda d'Água disse que a mesma está preparada, e será iniciada uma intervenção nos próximos dias, para requalificar aquelas bermas, por forma a permitir a circulação do trânsito com segurança. Disse ainda que, quando estiverem reunidas todas as condições, serão iniciados os trabalhos em parceria com a Junta de Freguesia. -----

----- Terminada a intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da Ordem de Trabalhos. -----

----- **B – Período da “Ordem de Trabalhos”:** -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO UM: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APROVAÇÃO;** -----

----- Sobre este assunto se refere a alínea a), do nº 1, do artigo 26º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que determina que compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu regimento. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer que convocou e se realizaram, nos dias vinte e três e trinta de outubro, reuniões com os líderes dos grupos municipais de forma a que se conseguisse, a exemplo do mandato anterior, discutir e aprovar um Regimento por unanimidade, pois seria um grande exemplo de maturidade política e de grande seriedade. Disse que promoveu o debate e a discussão do anterior Regimento e as alterações propostas, pelos membros presentes nas duas reuniões. Que essas alterações recaíram fundamentalmente no artigo 28º, que versa sobre no uso da palavra, tendo em conta o novo contexto da composição da Assembleia Municipal. Continuando, disse que nessas reuniões frisou desde logo, perante os líderes dos grupos municipais, que o Regimento era para o mandato, e, atendendo à representatividade político-partidária da atualidade da Assembleia Municipal neste mandato - tendo em conta a nova composição com a eleição do senhor Sidónio Santos Sansana, Deputado do CHEGA - considerou importante, desde a primeira hora, dar um sinal democrático e permitir ao Deputado do CHEGA que participasse na discussão dos trabalhos. Esta sugestão foi aceite por todos os líderes. Entretanto, houve a distribuição de tempos, no período antes da ordem do dia, e a proposta foi comunicada a todos os senhores Deputados. Houve também alteração ao artigo 29º, relativa aos tempos da Assembleia Municipal. Quanto ao artigo 43º, houve a introdução de um novo texto, ou seja, foi acordado que o edital passava a ser publicitado num órgão de

comunicação social, sempre que isso o permita, de forma a divulgar os trabalhos da Assembleia Municipal, e ainda que as deliberações sejam também publicitadas em jornal local. Entretanto, foi criada uma norma transitória para acautelar esta questão, dos novos mandatos e das novas composições da Assembleia Municipal, onde é garantido que para qualquer novo grupo municipal, seja assegurada a participação com um tempo mínimo. À parte destas propostas de alteração do Regimento, ficou também acordado, entre os presentes, que o edital passará a ser divulgado nas redes sociais do Município, e, nos três dias anteriores a cada sessão, serão elencados post's a recordar a realização da sessão da Assembleia Municipal, bem como as deliberações da Assembleia Municipal. Por fim, disse que, fruto do trabalho deste grupo, e da representação de todos os partidos, está, para ser discutida e aprovada esta proposta de Regimento, que foi enviada a todos os membros, num primeiro momento, com uma nota explicativa sobre as alterações, e, posteriormente, com a proposta final. -----

----- Alexandre Marques – Entretanto, o senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra para solicitar que, previamente à tomada de decisão sobre este assunto, era importante reconhecer o trabalho daqueles que já estiveram neste campo de batalha - muitas vezes desconsiderado e muitas vezes injusto para aqueles que o frequentam - pelo que, antes do início da sessão falou com o senhor Presidente da Assembleia, e houve o entendimento no sentido de se propor um Voto de Pesar pelo falecimento de três pessoas que já exerceram funções autárquicas: o senhor Deputado da Assembleia da República, pelo PPD-PSD, António Topas; o senhor ex-Presidente da Câmara de Aveiro, eleito pelo CDS-PP, Celso Santos; e o senhor David Carapinha, eleito pelo CDS-PP para um executivo CDS-PP para a Junta de Freguesia de Ponte de Vagos.

----- Voto de pesar – No seguimento da intervenção, a Assembleia Municipal aprovou, **por unanimidade**, um Voto de Pesar pelo falecimento dos senhores, Eng^a António Topa, Deputado da Assembleia da República, Prof. Celso Santos, ex-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e David Carapinha, antigo elemento da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos. -----

----- Óscar Gaspar – Seguidamente, o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dar as boas vindas aos novos membros da Assembleia Municipal de Vagos, e dizer que é um gosto ter aqui caras novas e garantir que de facto este é o sítio pleno e ideal para se discutirem as políticas de Vagos. Disse que a Assembleia Municipal começa bem, começa como deve, pela aprovação do Regimento, porque, em democracia, o cumprimento das regras faz parte integrante da democracia e é bom que estas sejam claras desde o início. Continuando, disse que nas duas reuniões preparatórias houve debate, mas não foi só o debate da aritmética dos tempos, mas foi também um debate até quase moral, sobre generosidade e arrependimento. Apesar de tudo, considerou, que aquilo que se tem é um documento de compromisso, e tem também uma série de coisas com os quais o Partido Socialista não é particularmente a favor, e há outras matérias em que gostaria de ter ido mais longe. Contudo, é um documento de compromisso e nesse sentido é um bom documento e é uma boa base de trabalho, para haver entendimento num futuro próximo. Conforme foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal havia uma questão de base que tinha a ver com a entrada de um novo grupo municipal. O Partido Socialista já havia dito que

praticamente estará sempre em campos opostos em relação ao CHEGA, mas uma coisa é verdade: tudo faria para este partido ter voz na Assembleia, e rapidamente se percebeu que esse era o entendimento unânime dos outros partidos aqui representados. Este documento acaba por ser uma primeira vitória para o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vagos, e isso deve ser dito, com um cumprimento. A seguir, disse que ouviu o discurso de tomada de posse do senhor Presidente da Assembleia Municipal e ouviu-o a dois tempos. Ou seja, esteve muito bem em termos da enunciação da política geral e esteve francamente mal em termos da aplicação a Vagos. Não percebeu exatamente aquilo a que se referia quando, por duas vezes, num discurso escrito, pensado, solene, falou na força esmagadora do PSD. Disse que já teve oportunidade de referir, e repete aqui, que não compreende esse conceito em democracia, e não sabe exatamente a que é que se queria referir. O PSD até pode pretender ter uma força esmagadora, mas esmagadora em relação a quem? Em relação aos vaguenses? Em relação ao povo de Vagos? Não será com certeza uma força esmagadora em relação ao Partido Socialista, que dirá aquilo que tem para dizer, como sempre o fez, e com a frontalidade democrática de que, quando está a favor vota a favor, e quando está contra vota contra. A democracia é assim e não há aqui nenhuma força que possa ser esmagadora. Por fim, disse que durante esta semana, a olhar para os documentos que foram apresentados para esta Assembleia Municipal, surgiu uma outra questão que gostaria de pôr à consideração, pelo que o grupo municipal do PS passou a entregar um requerimento ao senhor Presidente da Mesa no sentido de recomendar à Câmara Municipal para que, em cada ponto da ordem de trabalhos, faça uma sucinta exposição de motivos ou nota explicativa sobre a questão a deliberar. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para dizer que, relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, estamos perante um documento que é uma peça fundamental para o bom funcionamento deste Órgão e, portanto, é necessário respeitar regras colocando cada um dos grupos municipais com a segurança de que vai ter uma sessão justa e equilibrada. Disse que, acima de tudo, o Regimento da Assembleia Municipal permite que os temas em discussão tenham um amplo e democrático debate, contribuindo assim para a informação de todos aqueles que querem assistir às sessões. Os diversos partidos aqui representados reuniram e após amplo debate chegou-se a um consenso quanto à forma e conteúdo deste importante instrumento de trabalho. Para isso contribuiu a vontade de todos bem como o apoio prestado pela Mesa, nomeadamente pelo senhor Presidente da Mesa, a quem desde já se agradece, que tornou possível este desfecho final de aprovação do Regimento por unanimidade. Nesse sentido, alcançado que foi esse consenso, há a esperança de que este documento, elaborado com a participação de todos, possa ser respeitado na sua forma e no seu conteúdo, para que as sessões tenham o sucesso que se pretende. Por outro lado, nessa discussão há sempre quem tenha que ceder e quem tenha mais dificuldades em ceder, mas o resultado final foi uma cedência de um lado e algumas cedências de outros, nomeadamente no que respeita aos tempos, uma vez que, se fosse aplicada a regra da representatividade, obviamente que o CHEGA ficaria prejudicado. Assim, todos os partidos foram unânimes no sentido de que todos têm de ter voz e todos têm de falar. Em

relação ao discurso do senhor Presidente da Assembleia Municipal na Tomada de Posse, e sem querer ser seu advogado de defesa, podem ser feitas várias interpretações, e o “português” tem destas coisas: cada um interpreta o adjetivo “esmagadora” conforme bem entende. Mais disse que o interpreta como dizendo que não há dúvidas sobre a votação que o partido teve, e que não se pretende esmagar ninguém, nem limitar que alguém use da palavra, e o que se vai aprovar hoje aqui, por unanimidade, é a prova disso mesmo. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada um requerimento apresentado por parte do grupo municipal do PS, que ficará anexado à presente ata, e procedeu à sua leitura: *“Atendendo à necessidade de habilitar a Assembleia Municipal dos elementos relevantes para uma discussão adequada e uma tomada consciente de posição; considerando de que para uma correta publicidade dos atos autárquicos e envolvimento dos cidadãos na vida pública é importante explicitar as bases das orientações políticas assumidas; e tendo em conta, ainda, que a proposta de Regimento da Assembleia Municipal é omissa em relação a esta matéria, vimos requerer que seja votada uma recomendação à Câmara Municipal para que em cada ponto da ordem de trabalhos, inscrita na agenda, a seu pedido, haja uma sucinta exposição de motivos ou nota explicativa sobre a questão a deliberar.”* -----

----- Juan Martins – Sobre o assunto, o senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para dizer que não compreende o que é que o grupo municipal do PS pretende, já que por cada ponto da ordem de trabalhos são enviados os respetivos documentos, a explicação de todos os documentos, e a Câmara Municipal está sempre disponível para prestar esclarecimentos. Assim, quer uma explicação para esta recomendação. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e esclareceu que não há intenção nenhuma em dividir a Assembleia Municipal com esta proposta. É uma proposta muito simples e pode ser exemplificada com esta ordem de trabalhos, como é o caso do ponto três, plano de pormenor do parque empresarial de soza (PPES) – parcela f – alteração – aprovação. Assim, disse, o título do ponto refere-se a uma alteração e se for verificado o documento tem na sua segunda página nota de que se trata de uma alteração, mas a alteração não está identificada e, portanto, não se sabe qual é a alteração. Há uma credencial. Este é um caso paradigmático onde é necessária uma nota explicativa, um breve resumo para se saber qual é a alteração. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e, relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado Bruno Julião, procedeu à leitura de um excerto do texto que faz parte dos documentos enviados aos membros da Assembleia Municipal, onde se explicam os motivos da referida alteração. Mais disse que essa informação se encontra no contexto e enquadramento dos documentos, página quatro do documento Relatório de Fundamentação de Proposta da 1ª Alteração, e mais explicativo que isto a Câmara Municipal não consegue. Disse que não se incomoda que a Assembleia Municipal aprove a recomendação, até porque já o faz. Por fim, disse que quando a Câmara Municipal apresenta as propostas elas são

fundamentadas, seguem para a Assembleia Municipal com toda a documentação e, se for necessário algum esclarecimento adicional, o mesmo será prestado, como sempre foi. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – Sobre o assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que qualquer um dos membros do Órgão, no período até à realização da sessão da Assembleia Municipal, pode pedir esclarecimentos adicionais em relação a qualquer assunto da ordem de trabalhos. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra para referir que depois de ouvir a explicação do senhor Deputado Bruno Julião e a do senhor Presidente da Câmara, no entender do grupo municipal do PSD não faz sentido esta recomendação, pelo que irá votar contra. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS tendo o mesmo sido **recusado, por maioria**, com vinte e seis (26) votos contra, dos grupos municipais do PSD, CDS e CHEGA, e dois votos (2) a favor, do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para a votação do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o seu regimento, documento que se dá aqui como inteiramente reproduzido e ficará arquivado, em anexo, à ata da presente sessão. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;** -----

----- Sobre o assunto se refere o artigo 6º, nº 2, dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que determina que compõem o Congresso Nacional – para além dos titulares do Conselho Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal – três delegados de cada município associado, assim discriminados: a) O Presidente da Câmara municipal ou seu substituto; b) O Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto; c) Um Presidente da Junta de Freguesia ou suplente, eleitos em Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o grupo municipal do PSD e o grupo municipal do CDS-PP entregaram à Mesa duas propostas. O grupo municipal do PSD, indica a senhora Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, e como substituto o senhor Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, designada por lista A. O grupo municipal do CDS-PP indica o senhor Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, e como suplente Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, designada por lista B. -----

----- Seguidamente foram distribuídos vinte e oito boletins para se proceder à eleição do representante e substituto e convidados os senhores deputados a votar indicando no boletim a lista em quem desejam votar, lista A ou lista B. -----

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: lista A obteve dezoito votos (18) votos e a lista B obteve sete (7) votos. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal elegeu, **por maioria**, a Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, senhora Marisa Santos Silva, para representar todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Município de Vagos no XXV Congresso da ANMP, e como, seu suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, senhor Albano Manuel de Jesus Gonçalves. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA (PPES) – PARCELA F – ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO;** -----

----- A este propósito se refere o nº 1, do artigo 90º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que determina que os planos municipais são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. Neste contexto, a Câmara Municipal, em reunião de 19/08/2021, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a alteração do Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Soza (PPES) – Parcela F, com base na documentação constante do processo, designadamente: Informação do CDPOP, de 11 de agosto de 2021; Regulamento Urbanístico – Proposta - julho 2021; Ofício da Direção Geral do Território, de 06 de julho de 2021 – Homologação da Cartografia; Relatório de Fundamentação da proposta da 1.ª alteração ao PP PES – Parcela F – julho 2021; Relatório da Discussão Pública; Planta de Implantação – Esc. 1:2 000 – julho 2021. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e, no final, disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para dizer que o senhor Presidente, há pouco, comprovou como o PS tinha razão em fazer aquela proposta e apresentar aquele requerimento, porque aquilo que leu está na página vinte e quatro de um documento que tem oitenta e quatro páginas. Portanto, disse, fará alguma diferença entre ter-se algum resumo para os membros da Assembleia e para os cidadãos de Vagos para saber o que é que está em jogo, ou enviar um documento de oitenta e quatro páginas. Em relação ao ponto em concreto, disse que o Partido Socialista está a favor de todas as medidas que possam criar melhores condições para criar mais investimento e mais emprego ao Concelho de Vagos, pelo que, não sabendo se a melhor política é vender primeiro e alterar depois - se houver alguma coisa para alterar - ou se é ter já a Zona Industrial em condições de ser vendida conforme sejam os interesses dos vaguenses, mas também que crie apetite por parte dos investidores. Mais disse que o grupo municipal do PS está a favor desta medida. Por fim, e a propósito do outro assunto da ordem de

trabalhos, deixou uma nota a título pessoal, afirmando que - caso o senhor Presidente da Mesa tivesse colocado à votação ponto por ponto - ter-se-ia absterido dos pontos que têm a ver com a comunicação social, porque é sócio do Jornal O Ponto e é Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, que detém o Jornal Eco de Vagos. No que diz respeito ao presente ponto, deixou expressa a sua declaração de interesses, dizendo que é membro do Conselho Fiscal da Mais Vagos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que, de facto, o documento tem oitenta e tal páginas, com toda a informação que é necessária, mas o relatório de Fundamentação tem dezoito páginas, e o que leu está na quarta página, acrescentando que, depois do índice, é a primeira informação do documento. Disse que consegue entender a referência do senhor Deputado, mas também o considera suficientemente inteligente para saber que não é necessário ler o regulamento ponto por ponto. A alteração ao plano está especificada onde deve estar, no Relatório de Fundamentação, que deve ser o documento a ter em conta, e perceber quais são os pontos essenciais. Na maioria dos pontos até já vêm as propostas de deliberação devidamente fundamentadas. De qualquer modo, está sempre disponível para esclarecer o que for necessário, como sempre o fez, e se houver necessidade de documentos adicionais também serão enviados. O importante é que os assuntos sejam discutidos e compreendidos por todos. Em relação à questão da venda, e face a declaração de interesses, disse que é Presidente da Mais Vagos, em representação do Município, e que não se vende primeiro e altera-se depois. O que se fez foi vender um lote com vinte mil metros quadrados, e mais dez mil metros quadrados. Para esses dez mil metros quadrados estava prevista uma área de edificação de estacionamento público que assumiria um encargo, ou para a Câmara Municipal ou para a Mais Vagos, pelo que, independentemente da entidade, seria sempre um custo público. Reduzem-se assim os encargos, quer de uma entidade ou de outra. Acrescentou, dizendo que, com certeza, todos estarão de acordo quando diz que a Mais Vagos, apesar de não ser uma empresa do setor empresarial local, é uma entidade que visa o benefício do interesse público e o que se quer é que a empresa não seja um ponto de polémica mas um ponto de união entre os partidos. Por fim, disse que é assim que tem sido nos últimos anos, ou seja, nunca houve nenhuma discordância, e há pontos que separam os partidos e há pontos onde todos estão unidos à volta do mesmo interesse. Assim, quando o interesse do Município é colocado em primeiro lugar, qualquer que seja a entidade responsável, estão sempre todos do mesmo lado. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a alteração do Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Soza (PPES) – Parcela F. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS;** -----

----- Por força do disposto nos nºs 1, alínea a), e 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, como regra geral, as despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um

ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo. Assim, tendo em consideração que o Plano Plurianual de Investimentos aprovado apenas prevê despesa para o ano 2021, para a obra de construção do Centro Náutico e Piscatório da Praia da Vagueira, torna-se necessária a autorização da repartição de encargos para os anos de 2021 e 2022 de forma a ajustar o respetivo compromisso financeiro. Neste contexto, está em discussão e votação a proposta da Câmara Municipal, tomada em reunião de 16/09/2021, que deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a seguinte repartição da despesa: Ano 2021: 213.000,00 €; Ano 2022: 767.000,00 €. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e, no final, disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Santos Sansana usou da palavra e começou por agradecer a oportunidade que lhe foi dada de se pronunciar na Assembleia Municipal, porque tem companheiros de Partido de outros Municípios que por causa dos problemas regimentais não estão a ter a mesma oportunidade. O senhor Deputado saúda esta decisão. Quanto à questão deste ponto quatro o Partido CHEGA tem uma premissa muito clara, e aqui no Concelho de Vagos também, que foi alvo do programa eleitoral, ou seja, de apoiar os projetos estruturantes, e alguns que já deviam ter saído do papel há muito tempo. Por outro lado, tem reservas muito fortes em relação a certas obras, que não se atreve a chamar-lhe projetos, e que poderão ter alguns constrangimentos de natureza técnica. Em relação a este, em particular, aquilo que pergunta ao Executivo Camarário, face aos motivos, aos pareceres e às opiniões que se acumulam de que pode haver problemas variabilidade da Ria no troço onde vai ser feito este projeto, se este se sente realmente confortável para avançar com esta obra nestas condições ou se, pelo contrário, terá de se aguardar por alguns melhoramentos técnicos no desassoreamento que está a ser concluído e que ao que parece não está a ter resultados muito bons no sentido de a construção ser feita com essa premissa já garantida. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o que se tem aqui é um pouco um “*dejá vue*”, uma vez que no passado dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte aprovou-se nesta Assembleia Municipal um ponto para o desdobramento da despesa deste projeto, que passou de quatrocentos mil euros para dois mil e vinte e seiscentos e trinta e oito mil euros para dois mil e vinte e um. Passados estes onze meses há outro desdobramento e a questão que se coloca é qual é o ponto de situação? O que é que foi gasto em dois mil e vinte? Porque é que há necessidade deste novo desdobramento? Se a questão é processual, por parte do Tribunal de Contas, ou se houve um atraso da câmara Municipal em relação a esta obra? -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em resposta à questão colocada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, disse que sim, que houve um atraso na obra. Como a obra não começou, não houve gastos em dois mil e vinte. Irá iniciar ainda este ano de acordo com esta repartição de encargos. Em relação à questão do senhor Sidónio Sansana, disse que muitas vezes a Câmara

Municipal não consegue os fundos comunitários para aquilo que quer, mas sim para aquilo que está disponível. No caso concreto desta candidatura, a Câmara Municipal fez uma candidatura, esta obra tem um custo de cerca de um milhão de euros, e conseguiu-se um financiamento de quinhentos mil euros através do Programa Mar 2020. É uma obra cofinanciada por fundos comunitários. Este tipo de financiamento não se enquadraria noutra tipo de projetos e a Câmara Municipal conseguiu financiamento para esta intervenção e para a requalificação da Escola Primária da Vagueira CTT, na Gafanha da Boa Hora, para a promoção dos desportos náuticos. A intervenção foi feita e está ao serviço e à disposição da comunidade náutica do Concelho de Vagos. É uma intervenção que também está nesse enquadramento. Esta obra tem uma componente lúdica, mas tem sobretudo uma componente de apoio à comunidade piscatória do Concelho de Vagos. Quando se iniciou este procedimento havia vinte e nove embarcações de rio registadas no Concelho de Vagos, obviamente na Gafanha da Boa Hora. A Câmara Municipal reuniu com todas e, no fundo, o que se pretende fazer ali é um cais para as embarcações de rio como está na Costa Nova, que tem o Cais e uma pequena edificação de apoio à pesca para guardar os equipamentos. Entretanto, tem uma outra componente que é um edifício que será construído no fim do terreno a seguir onde era a casa da Guarda Fiscal, que servirá para dar apoio a várias instituições, nomeadamente ao Desporto Escolar. O Concelho de Vagos tem, neste momento, um núcleo de Desporto Escolar muito forte, tem um centro de formação em desportos náuticos, homologado no Agrupamento de Escolas de Vagos, e estamos a trabalhar muito nessa área da promoção dos desportos náuticos. Albergará também um edifício que terá um bar de apoio e um armazém para ter as embarcações. Como tal, não é só a questão da navegabilidade. Em relação à navegabilidade entra-se numa outra questão, que tem a ver com o projeto de desassoreamento da Polis Litoral - Ria de Aveiro. No que respeita a questões técnicas, disse não ter conhecimentos suficientes nesta área para responder, mas que foram contratados serviços técnicos especializados na área para elaborar o projeto. Continuando, disse que o projeto de desassoreamento da Ria, que está a ser executado, não é o projeto que estava aprovado inicialmente. A verba disponível que o Governo tinha para este projeto andava na casa dos vinte e tal milhões de euros. Era preferível fazer isto do que não fazer nada. Estas obras da Polis são financiadas pelo Governo, através dos fundos comunitários, o POSEUR, e através da participação dos Municípios, ou seja, os Municípios participam as obras da Polis. As obras da Polis não são grátis, têm uma participação municipal. O desassoreamento previsto inicialmente ia mais além. De qualquer forma teria sempre problemas, uma vez que nunca iríamos desassorear tudo. Estamos a falar de quilómetros de ria, milhares de metros cúbicos de areia, de um espaço natural que não é tratado há mais de vinte anos. A última dragagem foi feita em mil novecentos e noventa e sete. Portanto, era melhor ter isto - e aqui podem concordar ou discordar - do que não ter nada. Pela primeira vez o Concelho de Vagos foi desassoreado até à Ponte do Areão. O que os cidadãos e Autarcas desta região têm de fazer é reivindicar que não passem mais vinte e tal anos até à próxima dragagem e focarem-se no essencial. E o essencial é dizer que o que está feito não é ótimo, e continuar a lutar para termos dragagens permanentes dos Canais da

Ria de Aveiro. Isso é que faz sentido. Por outro lado, na área da Governação, que fique claro quem é que manda nos Canais da Ria de Aveiro, porque hoje manda APA, a ARH, o ICNF, as Câmara Municipais, e o Porto de Aveiro, ou seja, manda uma série de entidades. Portanto, tem de se colocar o enfoque naquilo que é essencial, e o essencial é que o trabalho, não sendo perfeito, é bom. Podia ser melhor? Podia, mas ou era isto ou podia não ser nada. E, entre isto ou nada, é melhor o que está. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com a abstenção do senhor Deputado do CHEGA, Sidónio Santos Sansana, aprovar a referida repartição da despesa. No momento da votação os senhores Deputados José Augusto Martins e Andreia Marques estiveram ausentes da sessão. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: FORNECIMENTO CONTINUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) – AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS 2021 E 2022;** -----

----- Por força do disposto nos nºs 1, alínea a), e 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, como regra geral, as despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo. Assim, tendo em consideração que os encargos com o fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE), baixa tensão normal (BTN) e baixa tensão normal – Iluminação Pública (BTN-IP) se projetam nos anos de 2021 e 2022, a Câmara Municipal, em reunião de 16/09/2021, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a correspondente repartição da despesa: Ano 2021: 27.009,29 €; Ano 2022: 297.102,23 €. Neste contexto, está em discussão e votação essa proposta da Câmara Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara pediu autorização para ser o senhor Vice-Presidente a apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos, que foi de imediato concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Assim, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e, no final, disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Victor Neto – O senhor Deputado Victor Neto usou da palavra e referiu que este ponto seria, à partida, uma banalidade burocrática, e que o grupo municipal do PSD aprovará. Contudo, disse querer aproveitar a oportunidade para focar aquilo que o senhor Vice-Presidente também referiu, ou seja, que os preços estão a subir e a oscilar de forma assustadora. O senhor Deputado apela a que a Câmara Municipal, juntamente com a CIRA, faça todos os possíveis por encontrar as soluções mais adequadas nesta suavização de preços de mercado. Deixou um louvor ao trabalho

que se tem andado a fazer nos últimos anos para aumentar a eficiência energética da rede e incentiva a que ele continue. Entende que uma boa parte da iluminação pública é já feita por iluminação lead, mas terá de se continuar e ir além dos postes de iluminação pública, uma vez que o aumento da eficiência energética deve ser acompanhado de todas as outras medidas económicas que eventualmente venham a ser feitas. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grupo municipal do Partido Socialista compreende bem esta questão e as preocupações da Câmara Municipal e acompanha a proposta apresentada. Mas, como ainda há pouco foi referido, vale a pena aproveitar este ponto para refletir um pouco sobre aquilo que está a acontecer. Tem de se continuar a apostar em fontes de produção limpas que supostamente são mais caras do que os combustíveis fósseis, mas é uma aposta de sustentabilidade e, portanto, algum sacrifício que se possa agora fazer é em prol de um bem maior. A União Europeia andou bem quando obrigou que os PRR's de cada um dos países tivessem uma componente de transição digital e uma componente de transição climática. Esta foi uma obrigação para todos os vinte e sete, que Portugal cumpriu. Há aqui um desafio, mas ao lado do desafio há meios financeiros, nomeadamente comunitários, para acompanhar. A nível da Administração Central, das empresas, das famílias e da Administração Local é importante aproveitar até à exaustão todos os fundos necessários para poder ter um *upgrade* em termos de produção da energia elétrica. A exposição que o senhor Vice-Presidente da Câmara fez em relação ao aumento do preço da energia é bastante impressionante. Continuando, disse que estamos todos conscientes, hoje, do que está em cima da mesa. É muito relevante ter consciência que esta é uma ameaça clara ao desenvolvimento do país e ao crescimento económico. Muito mais do que eventual crise política que se possa vir a ter nos próximos meses é aqui que se joga, por um lado, na escassez de matérias-primas e também na falta de mão de obra que se sente e, por outro lado, especificamente, na questão da energia. É importante aquilo que já se sabe hoje, que é o facto de que não vai haver aumento do custo de eletricidade para os portugueses no próximo ano. O esforço que está a ser feito e o compromisso que existe é em termos industriais para o fornecimento das empresas, e não vai haver aumento do custo da eletricidade. Questão diferente, que ainda não está resolvida, é a do gás natural, que é uma preocupação muito forte e que terá de se trabalhar. A Espanha também apresentou algumas propostas. Portugal também tem algumas em estudo, e esta é uma preocupação. Apesar de tudo, para dois mil e vinte e dois há aqui um reconhecimento de algo, que é tão importante quanto isso. Há alguma estabilidade e não se vai sofrer nenhum apagão nem nenhum sobressalto por causa do preço da energia. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não tinha assim tanta certeza, como o senhor Deputado Óscar Gaspar, de que a eletricidade não vai sofrer nenhum aumento em dois mil e vinte e dois. No entanto, disse, estarmos todos do mesmo lado nesta questão da energia elétrica, e isso é que é importante, porque o aumento dos custos de energia e dos produtos petrolíferos implicam aumentos de preços de outros produtos de outros setores. As empresas de transporte, por exemplo, não irão manter os preços com este

aumento que tem havido dos custos dos combustíveis. Em relação à energia em concreto tem sido feito um esforço para diminuir os consumos, mas ainda assim há sempre consumos. A Câmara Municipal anda há já alguns meses a negociar com instituições, nomeadamente com o ICNF, para que possa haver a permissão para, por exemplo, instalar a produção de energia solar fotovoltaica, um objetivo do Governo, do Ministério do Ambiente. Para tal é necessária a autorização do ICNF por força de ser feito em terrenos que são do Município que estão sob a gestão dessa entidade. A tarefa não tem sido fácil, mas espera um dia poder trazer a proposta à Assembleia Municipal para aprovação. Tudo isto para dizer que deveriam estar todos com a mesma orientação e, por vezes, não é isso que acontece. Tem que se remar cada vez mais no mesmo sentido e na mesma direção em relação às matérias que são essenciais e esse esforço que se está a fazer, que implica uma rentabilidade para o Município, ainda não está a ser acompanhado pelo ICNF, que faz parte do Ministério que tutela também a área da energia, e não há uma convergência de opinião dentro do próprio Ministério. Por fim, disse que era bom que todos falassem a mesma linguagem, para permitir que os investimentos possam acontecer e que sejam benéficos para o território, neste caso, para o Município de Vagos. -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a referida repartição da despesa. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 21/10/2021, que deliberou propor à Assembleia Municipal: -----

a) No que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2021 - Fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 20 €; Agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 40 €; Agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 70 €. -----

b) No que diz respeito à Derrama, com incidência no ano de 2021, aprovar o lançamento de uma Derrama à taxa normal de 1,50%. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e, no final, disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por comentar o IMI, dizendo que não há reservas quanto ao valor de 0,3%, porquanto é o mínimo, já que não pode ser zero. Como tal, tem de concordar. Quanto aos abatimentos no IMI o senhor deputado tem conhecimento de que até são habituais, mas inicialmente quando olhou para os valores dos agregados que são beneficiados pensou de imediato que os nascimentos em Vagos são muito poucos, atendendo ao número de beneficiados apresentado. Disse que percebeu que estes descontos valem para agregados com filhos, mas que se calhar têm dinheiro para comprar

uma boa moradia. Os arrendatários ou inquilinos com três filhos não podem ter direito a este apoio. No CHEGA há uma certa reserva em relação a apoios sociais e sucedâneos quando aparece uma isenção fiscal/apoio que beneficia os mais abastados e deixa de fora os outros com mais reservas. Colocou uma segunda questão, a propósito de se estar a falar de impostos que são mais abrangentes em termos de apoio para a classe média em geral, e que tem a ver com o facto de não se dever estar aqui hoje a discutir a devolução da taxa de participação do IRS em Vagos, por entender que no País há cento e cinquenta e um Municípios a fazê-lo. Considera que metade do país já tem esta prática, que ainda não chegou a Vagos. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por referir que o grupo municipal do PSD concorda com a maior parte das propostas. Considera que no Código do IMI existem isenções próprias para quem ganha menos e os valores aqui propostos são valores fixos, pelo que tanto tem este valor quem ganha mais ou quem ganha menos. Mais disse que, além do que está proposto, o PSD vem apresentar uma proposta para acrescentar uma isenção na questão da derrama, ou seja, uma alínea para isentar aquelas microempresas, que normalmente são empresas familiares. Assim, a proposta é isentar as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros. Neste contexto, o grupo municipal do PSD apresentou um requerimento à Mesa, que ficará anexado à presente ata, a solicitar esta alteração, cujo teor foi lido pelo senhor Deputado: *“No que respeita ao ponto seis da ordem de trabalhos, impostos municipais, o grupo municipal do PSD vem, pelo presente, propor que no que respeita à derrama sobre o lucro tributável e não isento sobre o rendimento das pessoas coletivas, IRC, que corresponde à proporção de rendimentos gerado na sua área geográfica, seja prevista uma isenção para as empresas cujo o volume de negócios seja igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros.”* Continuando, disse que, em termos de impacto, esta medida representa cerca de dez ou quinze mil euros por ano, e é um sinal para as empresas que iniciam atividade no próprio ano e que poderão não atingir o volume de negócios de cento e cinquenta mil euros. Por outro lado, no próximo ano poderão existir empresas que estavam isentas, e vão começar a pagar o próprio IMI e a derrama. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que se o senhor Presidente da Câmara Municipal procura, de vez em quando, manifestar a capacidade esmagadora do PSD, deve também concretizar nas taxas e taxinhas que vai apresentando aqui, nestas oportunidades, quando se falam em impostos e taxas municipais, e também no âmbito do orçamento. Em relação ao IMI, disse, se calhar não valerá a pena fazer muita gala da proposta que é aqui apresentada, porque apenas oito Câmaras Municipais no país têm a taxa de 0,45%. A esmagadora maioria tem esta taxa de 0,3%. Entende que seria mau e insólito se a Câmara Municipal de Vagos não adotasse este valor. Continuando, disse que, no seguimento da conversa que tem havido aqui sobre o facto de não haver em Vagos mais dependentes das famílias, o que se tem de fazer é começar a pensar noutro tipo de benefícios adicionais para quem gostaria de se fixar no Concelho e constituir família. No seu entender, isso seria uma proposta verdadeiramente benéfica e usava boas práticas de outros Concelhos. Por sua vez, disse o senhor deputado que

aproveitava este ponto para falar de uma proposta que o Partido Socialista vem apresentando anualmente, sobretudo no âmbito da discussão do orçamento, e que tem a ver com o IRS e a proposta de devolução de parte deste imposto aos municípios. Considera que este é o ponto da Ordem de Trabalhos adequado para se falar neste assunto e, por isso, questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se está disponível a essa hipótese este ano e se a trará aqui. Mais disse que há ainda o debate sobre o orçamento onde essa proposta poderá ser incluída. Continuando, disse que o Partido Socialista está sempre preocupado com a carga fiscal sobre os municípios vaguenses e em que estes tenham as melhores condições de vida possíveis, particularmente num momento em que se está na recuperação da economia e das economias familiares. Disse também que, na derrama, o senhor Presidente esqueceu-se de mencionar que a taxa que propõe, de 1,5%, é a taxa máxima, e considera que seria bom ir mais longe. Refere que está alinhado com a proposta apresentada, mas considera que seria bom ir mais longe. Por fim, disse que, por uma questão de transparência e de estabilidade fiscal para as empresas, seria importante haver outra coisa, que também está prevista na lei, que é um regulamento que tenha todas estas propostas, para que as empresas possam aceder a esse regulamento e saber quais são as condições do Município, inclusive esta proposta de derrama mais baixa para empresas que têm um valor anual de negócio até cento e cinquenta mil euros. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação ao IMI, disse que a lei fixa o mínimo, que é 0,3%, e o máximo, que é 0,45%, pelo que as Assembleias Municipais têm de deliberar entre estes dois valores. Continuando, disse que a Câmara Municipal de Vagos, mesmo quando passou por algumas dificuldades financeiras, sempre manteve a taxa mínima de IMI no Concelho, e que não é uma coisa de agora, e também não é exatamente como o senhor Deputado Bruno Julião referiu, em relação ao número de Câmaras que têm o IMI na taxa mais reduzida, porque não é a grande maioria. Disse que existe um número significativo de Câmaras que têm a taxa mais reduzida, mas muitas dessas Câmaras estão a fazê-lo muito recentemente e a Câmara Municipal de Vagos sempre o fez. Em relação às bonificações também são as que estão na lei, e a Câmara Municipal pode fazer menos, mas não pode fazer diferente. Com referência à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, esclareceu que na taxa do IRS quem paga mais é quem tem mais rendimentos, e isso é muito claro. Assim, disse, as famílias com poucos rendimentos não pagam IRS. Esta discussão tem sido feita nas Assembleias passadas e a posição do PSD, ao contrário do PS, é que este imposto é para os que têm mais rendimentos e, por isso, é que não faz a devolução. Por outro lado, questionou: o Governo cobra 95% do IRS, e não faz descontos, e a Câmara Municipal, que vai buscar 5% do IRS, é que tem de fazer descontos? Então, e depois as obras? Como é que a Autarquia tem rendimentos para efetuar o que tem de fazer? Assim, disse, o que a Câmara Municipal está a fazer com o IRS é o equilíbrio social que é necessário, ou seja, ir buscar aos que têm mais e fazer as obras para toda a comunidade e dar apoios sociais para aqueles que precisam mesmo. Disse também que não é intransigentemente a favor dos apoios sociais, mas sim em criar empregos para as pessoas irem trabalhar. Entende que esse é o maior

apoio social que se pode dar, ou seja, a pessoa ter um emprego, ter uma remuneração, trabalhar e depois, se for necessário, adicionalmente, algum apoio dever-se-á dar. Assim, disse que, em relação ao IRS é esta a posição de princípio do PSD, com a qual concorda. Quanto à proposta do grupo municipal do PSD, a isenção da derrama aos negócios com menos de cento e cinquenta mil euros de volume de faturação por ano, a Câmara Municipal já teve isso e deixou de ter. A proposta que a Câmara Municipal apresenta é igual à do ano passado, aqui apresentada, e não existe nenhum inconveniente nessa isenção. No passado chegou-se à conclusão que eram poucas as empresas que beneficiavam e o valor também é irrisório. O Executivo Municipal está de acordo, e nada o leva a manifestar-se contra a proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD. Em relação às taxas e “*taxinhas*”, o senhor Presidente disse que não sabe a que é que o senhor Deputado Bruno Julião se refere. Não sabe se se refere à taxa adicional sobre o imposto sobre produtos petrolíferos que o PS implementou e disse que era para vigorar só por um ano, e depois que ia baixar, e até hoje continua-se a pagar. Em relação às taxas do Município, que é aquilo que interessa, por exemplo, no que respeita às taxas urbanísticas, é o facto de que Vagos tem das taxas mais reduzidas da região. Relativamente às taxas de publicidade e de ocupação de espaço público, há dois anos que a Autarquia isenta os estabelecimentos comerciais do pagamento dessas taxas, e será preparada uma proposta para que no próximo ano se possa manter, contudo, com um pequeno ajustamento, porque na taxa de publicidade acabou por ficar incluída toda a gente. Continuando, disse que, em relação ao IRS não deixa de ter piada que o Partido Socialista, que sustenta o Governo, que cobra 95% da cobrança fiscal deste imposto, venha aqui dizer que a Câmara Municipal só devolve 5%. O PS tem uma “*receita mágica*”, que é dar aquilo que não tem. Quanto à questão da derrama, o senhor presidente está perfeitamente em desacordo em baixar este imposto todo, porque este imposto é 1,5% do lucro tributável, pelo que, se a empresa tem lucro tem de participar socialmente o Município onde está, e, neste contexto, a Câmara Municipal tem um regulamento de apoio aos projetos de interesse municipal, aprovado aqui na Assembleia Municipal, e a verdade é que se o Município não dá esses benefícios a essas empresas, que se vêm instalar, outros darão e tornam-se mais atrativos. A ideia é que quando se dão esses benefícios fiscais às empresas, ao fim de no máximo dez anos elas passam a pagar o imposto aqui. Se o Município não os conseguir trazer para cá nunca lhe conseguirá cobrar nem IMI nem derrama. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra para referir que o grupo municipal do PS tem andado um pouco distraído na questão dos benefícios que são atribuídos às empresas, porque existe um regulamento, que está em vigor, e, por isso, há empresas que fazem parte das isenções, sendo que algumas vão começar a pagar agora. Existem benefícios fiscais, já há muito tempo, que as empresas aproveitam, e bem, para poderem trabalhar. Estes benefícios, que a Câmara dá, são exatamente para atrair as empresas. Está a fazer dez anos que se começou com este incentivo, e a atratividade das empresas começa agora a dar frutos. Quanto à taxa de IRS, esta é uma taxa evolutiva. Quanto mais se ganha mais se paga. e maior é a taxa de IRS e, quem tem rendimentos baixos, paga nada ou pouco. É “castigado” quem

ganha mais. Nesse sentido o senhor deputado é contra a devolução dos 5% porque é a questão social que está em causa. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que não é verdade quando o senhor Presidente da Câmara Municipal diz que o Estado fique com 95% dos impostos, e questionou: E então de onde é que vem o dinheiro que é pago, por exemplo, para as Câmaras? De onde é que a Câmara Municipal de Vagos recebe oito milhões de euros? Continuando, disse que, como é óbvio, parte do IRS, do IRC e do IVA, em grande parte, vão para as Autarquias. A lei permite e dá autonomia às Câmaras Municipais para devolver 5% do IRS. O PSD de Vagos entende que não. Esta é uma questão política. No entanto, disse, os vaguenses têm que ter conhecimento que a Câmara Municipal teria a possibilidade de devolver 5% do IRS e não o quer fazer. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e, com alusão ao debate da Vagos FM, no programa “Em Desacordo”, disse que, quando tem de concordar com o que é dito, concorda, e, quando não tem, gosta sempre de frisar essa vontade. Assim, em contexto de semelhança na Assembleia Municipal, referiu que concordava com o senhor Presidente da Câmara, ou seja, que tem de facto alguma graça que o Partido Socialista, o Partido das taxas, “*taxinhas e taxetas*” venha falar disso no plenário. Continuando, disse que a sua intervenção se prende com outros aspetos e a esse propósito fez referência ao que o senhor Deputado Sidónio Sansana disse sobre a devolução do IRS, o senhor Deputado Bruno Julião sobre a devolução do IRS, e que o CDS também já falou da devolução do IRS. Considera que quem ganha mais paga mais, e é sabido que a Câmara Municipal precisa do dinheiro. Mas também é verdade que quanto maior for o poder de compra das pessoas mais essas pessoas têm tendência a gastar. Entende que o comércio local tem de ser promovido, sensibilizando-se as pessoas e dando mais às pessoas, para que elas gastem no comércio local. Por fim, disse que esses 5% para aqueles que gastam mais não fará tanta diferença, e podem ser usados em programas como, por exemplo, o do Vagos + Comércio ou outros programas que possam vir a ser criados. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que o PSD foi focado como não querendo fazer a devolução do IRS. A explicação que o senhor Presidente da Câmara Municipal deu é suficiente para que os vaguenses entendam aquilo que está em cima da mesa. E o que está em cima da mesa é que as famílias que têm menor rendimento não iriam receber nenhuma devolução de IRS porque também não lhes é cobrado. Só as famílias que têm rendimentos mais elevados é que iriam receber essa devolução de IRS. A Câmara Municipal de Vagos, e o PSD também o defende, pretende fazer a devolução às famílias mais carenciadas por outra forma, como foi, por exemplo, a campanha dos vouchers, neste período. Continuando, disse que percebe que os membros desta Assembleia Municipal que representam o Partido Socialista tenham alguma “*comichão*” com a questão do “*esmagadora*”, mas a verdade é que não há volta a dar-lhe e quanto a este assunto nada se pode fazer. Os senhores podem vir aqui imensas vezes e

utilizar o adjetivo “esmagadora”, porque isso lembra que Vagos está no bom caminho e que as pessoas estão satisfeitas com o que está a ser desenvolvido neste Concelho. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD, para isenção e Derrama para as empresas com volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros anuais, a qual passaria a incorporar a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Vagos, em relação à derrama, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Mesa passou à votação do ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2021, e aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 20 €; agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 40 €; agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 70 €. -----

----- Mais foi deliberado, **por maioria**, com duas abstenções do grupo municipal do PS, aprovar o lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2021, à taxa normal de 1,50% e com a isenção para as empresas que não atinjam um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros anuais. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM - 2022;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 21/10/2021, que deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2022. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas abstenções do grupo municipal do PS, aprovar a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2022. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO OITO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – AÇÃO SOCIAL – DESPACHO N.º 9817-A/2021 – MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS.** -----

----- Sobre o assunto se refere a informação prestada pelo Chefe da Divisão de Cultura, Administrativa e Jurídica, de 18/10/2021, onde é dado a conhecer que, face à publicação do Despacho nº 9817-A/2021, com o Mapa dos Encargos Anuais com a transferência de competências no âmbito da ação social, deverá a Assembleia Municipal, até ao dia 07/12/2021, deliberar sobre se pretende ou não assumir, em 2021, as competências previstas no Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto. Neste contexto, a Câmara Municipal, em reunião de 21/10/2021,

deliberou propor à Assembleia Municipal, que recuse a transferência de competências na área da ação social. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e, no final, disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Hugo Jorge – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que não é contra a descentralização, ou de históricos processos de tentativas de descentralização e de alteração de Concelhos e de alteração do modelo administrativo português. Entende que o País tem um sistema central monstruoso. A Ministra Alexandra Leitão, que muito prometeu durante alguns anos, anda extremamente silenciosa, e quem tem crianças pequenas em casa sabe que quando estas estão caladas é porque estão a fazer asneiras. Teme um pouco o que aí vem. Considera que o Estado português é de facto muito pesado, e continua muito pesado, e estas descentralizações foram muito mal feitas, com alguma conivência do PSD de Rui Rio, e já o havia dito antes, aquando do processo de descentralização da Educação. Contudo, foram aceites e ter-se-á de acabar por aceitar estas na área da Ação Social, a partir do dia um de abril de dois mil e vinte e dois. Entende que este processo devia, e podia ter sido feito de outra maneira, com tempo e com calma, e questiona o facto de se descentralizar e dar às Câmaras Municipais e, por outro lado, continuar as coisas na Administração Central. Com referência ao exercício profissional na área da Educação, entende que é absolutamente pavoroso aquilo que continua a existir em termos de Administração Central e de Administração Regional, descentralizada em Coimbra. Coimbra pede uma coisa, Lisboa pede quase a mesma coisa e depois dá às Câmaras, também. Por fim, considera que este gesto de votar não é simplesmente um gesto político, uma vez que as coisas estão a ser mal feitas, não são claras, e não é claro aquilo que a Câmara Municipal terá de fazer, pelo que manifesta o seu desacordo em todo este processo. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que esta é, outra vez, uma boa discussão, uma discussão muito nítida entre o Partido Socialista e o PSD. O Partido Socialista é a favor da transferência de competências, da descentralização, e não compreende como é que há pessoas que vão enchendo a boca com o poder majestático do Estado Central, e da burocracia toda de Lisboa, e quando não é de Lisboa é de Coimbra, mas depois na prática dá a ideia que não querem fazer nada para aliviar esta situação e para caminhar em dar mais poder às Autarquias Locais. Há muitos anos que se ouve que um euro investido por uma Câmara Municipal é mais produtivo que um euro investido pelo Estado Central. Quer se queira quer não o PSD em termos mais globais, e o PSD de Vagos, é contra a transferência de competências. Já se discutiram aqui diversas áreas de atividade e a proposta é sempre a mesma. Continuando, disse que compreende mal o argumento, uma vez que o diploma global é de dois mil e dezoito, estamos no final de dois mil e vinte e um, e ainda há quem considere que é cedo para tomar determinado tipo de decisões. No ano passado na discussão do orçamento da Câmara Municipal para dois mil e vinte e um, com surpresa para alguns, a área que de facto mais se ouvia falar era exatamente a da educação. Supostamente, no caso da educação houve aqui uma evolução positiva e foi bom para

Vagos ter ficado com essas competências. O senhor Presidente da Câmara falou aqui, hoje, sobre ação social, a dizer que houve um processo negocial, mas não disse qual foi a base negocial. E, portanto, disse que o valor que o Governo oferece é ridículo, mas não se percebe qual é o valor que a Câmara entende que é o valor justo nem se percebe qual é o racional da Câmara. Portanto, seria importante haver vontade de discutir este assunto, mas percebeu-se que não é assim. O PSD quer é travar este processo. O problema do PSD não é este diploma de transferência de competências entrar em vigor no dia um de abril de dois mil e vinte e dois. O problema do PSD é querer que as transferências fossem feitas no dia trinta de fevereiro. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e disse que tem de concordar com o senhor Deputado Óscar Gaspar, e que aqui há exatamente uma divisão, e é uma questão ideológica. Os senhores Deputados do PS devem andar distraídos, porque nunca ouviram aqui o PSD, nem o senhor Presidente da Câmara, dizer que era contra este processo, mas sim com a maneira como o mesmo tem sido conduzido. Nesta questão em concreto o exemplo está nos documentos que foram entregues, ou seja, a falta de resposta do Governo Central às questões que foram colocadas, e depois vê-se um quadro de valores que não se sabe a que corresponde. Continuando, disse que gostava de saber - se o Governo é sério nestas matérias de transferência de competências - quais os custos reais do Concelho de Vagos nos últimos cinco anos na ação social. Estão descritos no quadro do decreto-lei? São colocados lá uns valores, por exemplo, uma das demonstrações que lá está refere-se aos recursos humanos, uma pessoa! Todos sabem que nesta área da ação social a maior parte daquilo que é feito no Concelho de Vagos é feito pelas IPSS's e pela Câmara Municipal. A maior parte do trabalho é feito pelas Assistentes Sociais das IPSS's e pelas pessoas que estão nos Gabinetes de Apoio Social da Câmara Municipal. São estas as entidades que estão no terreno. Entretanto, vê-se, o Governo Central introduziu as cantinas sociais e desapareceu com elas com a mesma velocidade, sem dizer nada a ninguém, e muito provavelmente, para introduzir estes custos reduzidos nos anos seguintes. Continuando, disse que os quadros apresentados contêm valores que não percebe de onde vêm; faz referência a um recurso humano por vinte e dois mil euros; há um total de outras atribuições, num total de vinte e tal mil euros; e depois tem lá um valor de sessenta e quatro mil euros. Assim, se o Governo Central fosse sério, mostrava estas contas e o que foi investido na ação social em Vagos. É claro que estão lá descritas as competências que são para avançar para a Câmara Municipal, mas quanto é que isso custa? São centos mil euros? Antes de finalizar a sua intervenção, disse que o PSD é a favor da transferência de competências, mas de uma maneira séria e responsável, que não sirva apenas para imputar custos aos Municípios, que não o devem ter, uma vez que são obrigações do Estado. Assim, concluiu dizendo que este não é um chumbo do assunto, mas sim um voto de protesto contra a maneira como está a ser feita a transferência de competências. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que várias das questões mencionadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar não estão corretas ou foram feitas de forma pouco clara ou pouco verdadeira. Disse que Vagos foi dos primeiros Municípios a aceitar competências na Região de Aveiro e no país. Em vinte e cinco de janeiro de

dois mil e dezanove foi aprovado aqui, na Assembleia Municipal, a transferência de competências na área das vias de comunicação e do património imobiliário público. E o que é que o Governo fez até hoje nestas matérias? Zero, um desrespeito total à Assembleia Municipal, e ao grupo municipal do PS também. O Governo tinha que informar a Câmara Municipal até ao dia um de junho de dois mil e dezanove sobre o valor a propor para a transferência de competências relativas à EN109 e até hoje não chegou qualquer resposta/informação. Continuando, disse que já telefonou por diversas vezes ao senhor Ministro das Infraestruturas e ele diz que a culpa é do Ministério das Finanças. Talvez o problema da senhora Ministra Alexandra Leitão seja o mesmo. Além disso, diz que o processo negocial demorou muito tempo e que o diploma já é de dois mil e dezoito. Contudo, o diploma prevê a publicação de uma portaria que é bem recente. Além disso, ao ler a informação que foi enviada aos membros da Assembleia Municipal no ponto nove faz referência a um pedido de esclarecimento, que o senhor Presidente passou a ler. *“Sobre o projeto de mapa o Núcleo de Ação Social desta Câmara Municipal, em 13/04/2021, solicitou à Secretaria de Estado da Ação Social o seguinte esclarecimento: No âmbito da descentralização de competências no âmbito da Ação Social, o Município de Vagos rececionou o projeto de mapa enviado pela Sr.ª Secretária de Estado da Ação Social, no passado dia 26 de março. No cumprimento do prazo para a pronuncia que nos é dado, solicita-se o seguinte esclarecimento: - no mapa pode ler-se 1 recurso humano (adiante designado por RH) interno ao ISS, sem identificação da percentagem de afetação (que se assume de 100%). Atualmente, no Município de Vagos, existem 2 RH no Serviço Local de Segurança Social (internos ao ISS) bem como 3 RH no SAAS. Face a esta divergência, como deve o Município interpretar este dado do mapa? Os restantes RH não são contemplados na transferência de competências? Ponto dez da informação: Em virtude de não ter sido dada qualquer resposta ao referido pedido de esclarecimento, o Núcleo de Ação Social, em 26/04/2021, reiterou o pedido de esclarecimento, nos seguintes termos: Em virtude de até à presente data não nos ter sido prestado esclarecimento sobre a dúvida suscitada no e-mail enviado em 13/04/2021, respeitante ao projeto de mapa a que se refere o nº 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, e tendo em conta o facto de que o prazo de pronúncia termina no dia 30/04/2021, venho insistir junto de V. Exas. no sentido de nos serem prestados os devidos esclarecimentos, até ao próximo dia 28/04/2021.”* A resposta a estes pedidos de esclarecimento foi a publicação do mapa tal e qual conforme havia sido enviado ao Município. Esta foi a falta de resposta do Governo. A verdade é que a Câmara Municipal tentou um processo negocial, como aqui está na informação, e não houve qualquer resposta por parte do Governo. A resposta foi a publicação da portaria, que a Câmara Municipal recusa. No serviço da Segurança Social de Vagos existem cinco recursos humanos afetos e a Câmara Municipal vai receber por um. As contas estão aqui feitas na informação e, portanto, a Câmara Municipal não pode aceitar, ou melhor, terá de aceitar quando a lei obrigar, mas até lá não. E depois, ter-se-á de ver como é que se irá fazer face a todas as despesas. -----

----- Hugo Santos – O senhor deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que todos têm noção da importância da ação social, e ninguém se pode esquecer daquilo que aconteceu quando encerrou o projeto piloto da RLIS. O que aconteceu foi que ficou um hiato no Concelho de Vagos e isso não pode voltar a acontecer. Entretanto, passou a existir o SAAS, que neste momento apoia cerca de trezentas famílias, um número bastante relevante. O CDS-PP não é contra a descentralização, mas aquilo que preocupa é precisamente a existência deste hiato. Abril aproxima-se, a Assembleia Municipal não aprova esta transferência de competência, na área da ação social, porque o montante que está proposto, francamente, é diminuto e não se saberá como é que será assegurada esta situação. A Câmara Municipal pode não ter capacidade negocial até abril, o que é que vai acontecer? Qual é a estratégia do Município para, assumindo esta competência, porque terá de assumir, tal como outras com um peso substancial, minimizar esses constrangimentos? -----

----- Hugo Jorge – O senhor Deputado Hugo Jorge voltou a usar da palavra e reafirmou que não é contra a transferência de competências e descentralização. A questão aqui é, de facto ideológica, mas é ideológica no sentido de conseguir tirar os filtros partidários e ver as coisas. O Partido Socialista, a avaliar pelos últimos vinte anos, está no poder há catorze anos, quatro com maioria absoluta, mais quatro de uma “geringonça absoluta”, e muita coisa poderia ter feito. O problema desta descentralização não é de dois mil e dezoito para dois mil e vinte e um, e sim o período e a pressão com que ela é feita até dois mil e dezoito. Isso é que foi mal feito, foi tudo muito mal pensado, tudo muito mal planeado e, em alguns casos, com má execução. Continuando, deu o exemplo da educação, porque é a área em que trabalha. Há coisas que são boas na descentralização, o que continua a ser ridículo é que o Estado Central continue a ser demasiado poderoso em determinadas áreas da educação. Se o objetivo é simplificar, descentralizar e melhorar, para quê ter uma outra máquina paralela. A questão ideológica aqui é que o Partido Socialista tem de facto uma apetência pelo controlo do Estado e põe à frente dos interesses nacionais e dos portugueses os interesses partidários. E isto é uma questão ideológica. O senhor António Costa coloca os interesses do Partido Socialista, e daquela “máquina trituradora, esmagadora e compressora”, à frente daquilo que são os interesses nacionais. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que, para quem vinha aqui prometer um discurso tudo menos partidário, fez o discurso mais partidário da noite. Houve aqui algumas confusões que importa ver esclarecidas. Primeiro, houve aqui uma intervenção onde foi dito que a Câmara e as IPSS's fazem tudo o que há na ação social no Concelho de Vagos. Portanto, se fazem tudo nem de um recurso humano precisam, e na negociação vão abdicar desse recurso. Em segundo, ficou por se perceber qual é a divergência de valores, porque falou-se aqui de questões processuais, faltas de esclarecimentos, mas era bom ser-se um pouco mais concretos em relação à divergência de valores apresentados nos quadros referidos pelo Presidente. O senhor Presidente deve dizer o que é que está a travar esta negociação. A verdade é que a Câmara Municipal nunca foi boa a negociar, nem junto da CIRA, nem junto das entidades nacionais. O problema é que depois não consegue aquilo que quer e

culpa o Estado Central, os Institutos, as Direções Regionais, culpa toda a gente. Se calhar é melhor a Câmara Municipal começar a pensar que não faz tudo bem e que parte da culpa dessa ineficácia no diálogo também é do Executivo Municipal. Com certeza também consideram que o grande modelo de descentralização é o do PSD com o seu ex-Ministro Relvas. Esse é que fez tudo bem, e fez tão bem que teve tantas pessoas do PSD contra ele, por todo o país, por todas as Autarquias, pela forma como o fez. Concluiu, dizendo que podem protestar o que quiserem, à vontade, o que é certo é que Vagos vai continuar à margem deste processo e a ser um dos únicos Municípios que continua a rejeitar a transferência de competências. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que os colegas do Partido Socialista hoje estão com vários problemas. Primeiro, trouxeram a palavra esmagadora na boca, depois ouvem mal e interpretam mal. No mandato anterior decorreu uma discussão sobre a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal em que o PSD, na altura, disse que para aprovar essa proposta seria necessário primeiro averiguar das condições, nomeadamente as questões legais. A senhora vereadora de Coimbra do Partido Socialista adotou a mesma ideia lá em Coimbra, ou seja, que para a transmissão das Reuniões de Câmara seria necessário primeiro averiguar da legislação, e presume que o grupo municipal do PS desta Assembleia Municipal tenha falado com ela. Continuando, disse que a Câmara Municipal de Vagos já aceitou algumas competências, que o Governo ainda não transferiu para cá. Por sua vez, disse que, quando existe uma negociação tem de haver um diálogo, ou seja, alguém diz alguma coisa e a outra pessoa responde. Aqui não houve qualquer tipo de diálogo. A Câmara Municipal pediu por duas vezes esclarecimentos, ao qual o Governo não respondeu, pelo que presume que os membros do PS não têm bem a ideia daquilo que está aqui em causa, e depois aproveitam os momentos que podem vir aqui falar para fazer um pouco de política e de tentar subir a esmagadora votação que tiveram. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que em relação às questões levantadas pelo senhor Deputado Hugo Santos, genericamente, está de acordo. O apoio social é da maior importância num Município, disse. Apoiar as famílias e as pessoas que precisam tem uma abrangência muito grande. A Câmara Municipal tem procurado, quer na gestão da área da educação, onde há a componente da ação social escolar, quer através de outros programas e da colaboração que tem havido das IPSS's, manter um forte apoio na área social. A estratégia do Município para o dia um de abril de dois mil e vinte e dois é aceitar as competências na área da ação social, não há outra alternativa. A dúvida da Câmara Municipal é uma dúvida legítima, que não teve resposta, porque o Executivo Municipal não sabe quanto é que tudo isto vai custar. A Secretaria de Estado não respondeu às questões levantadas pela Câmara Municipal. Neste processo de descentralização de competências, o caso da área da saúde está exatamente no mesmo ponto, porque há divergências enormes, colossais, naquilo que são os valores apresentados. O Município de Vagos para aceitar esta competência tem de ter claro o que é que vai receber. Na área da educação, concordando com o que disse o senhor Deputado Hugo Jorge, numa visão mais global, a Câmara Municipal não foi muito enganada, sabia ao que ia, e não recebeu tudo. Neste caso, da ação social, foram feitas questões

que não foram respondidas e, por isso, não sabe ao que vai. A Câmara Municipal não pode de forma tranquila, e em nome daqueles que elegeram estas pessoas que aqui estão, que foram os vaguenses, aceitar uma coisa de olhos fechados. Não é verdade aquilo que o senhor Deputado Bruno Julião afirmou há pouco, que a maioria dos Municípios aceitou as competências, isso não é verdade. E, aliás, é tão claro que a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que é liderado por um Autarca Socialista, tem mantido sempre uma posição muito crítica em relação ao processo de descentralização de competências que vai exatamente ao encontro daquilo que aqui tem afirmado. Continuando, disse que o senhor Deputado Bruno Julião está enganado quando coloca isto na esfera política ou partidária, porque de facto ninguém faz mais política do que o senhor Deputado Bruno Julião, e o senhor Deputado Hugo Jorge nem sequer militante do PSD é. De todas as formas, disse, a verdade é que, o senhor Deputado Bruno Julião não conseguiu contestar nenhum dos argumentos que foram referidos. Disse estar muito tranquilo em propor que o Município não aceite esta competência. E acrescentou: Por exemplo, em relação à gestão da EN109, o que é que o senhor Deputado faria? A Assembleia Municipal aprovou a transferência da competência em janeiro de dois mil e dezanove. Há duas situações diferentes na EN109: a gestão dominial; a questão da aprovação e dos pareceres obrigatórios e da aprovação de alguns projetos. O IP não deixou de dar pareceres relativamente à EN109. Quem é que tem a competência da EN109? É o Município de Vagos ou é o IP? É que o IP continua a exercer essas competências, que está sobre a tutela do senhor Ministro Pedro Nuno Santos, e não há uma resposta, a Câmara Municipal não sabe o que é que o Governo Central vem dizer sobre esta matéria. Portanto, se o grupo municipal do PS considera que está bem feito é de facto uma matriz ideológica que trazem para estas discussões, que depois não casa com o interesse dos vaguenses. Quem votar a favor da proposta da Câmara Municipal ficará de consciência tranquila, que votou de forma a proteger os interesses dos vaguenses e não os interesses político partidários de qualquer partido. -----

----- Juan Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra para fazer duas correções, porque entende que o Partido Socialista insiste em mentir. Disse que o PSD nunca foi contra a transferência de competências, mas sim contra a maneira como estão a ser feitas. Continuando, disse que o senhor Bruno Julião referiu aqui, talvez por uma questão ideológica, que ele havia dito que as IPSS's faziam tudo. Como forma de discordância, pediu ao senhor Deputado Bruno Julião para respeitar as IPSS's, pela simples razão de que nunca tinha dito isso. O que disse foi que as IPSS's fazem grande parte do trabalho, sem receber “nem mais um tostão” do Governo, e fazem este trabalho em conjunto com a Câmara Municipal e com as pessoas que andam no terreno, como por exemplo as Juntas de Freguesia. Finalizou, dizendo que as IPSS's merecem todo o respeito pelo trabalho que fazem no Concelho de Vagos. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com os votos a favor do grupo municipal do PSD e do grupo municipal do CDS-PP, e com os votos contra do grupo municipal do PS, **NÃO ASSUMIR**, em 2021, as competências na área da ação social. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, e a mesma foi **aprovada, por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e quinze minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

----- **O(A) Segundo(a) Secretário(a),** _____